



Simulado Especial

TRT RJ

Técnico Judiciário - Área
Administrativa - Agente da Polícia
Judicial - Pós-Edital

Simulado

Simulado TRT-RJ (TJAA - Agenda da Polícia Judicial)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agenda da Polícia Judicial do TRT-RJ**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/RWUrQK2Fpw4EWAYe8>

01 - A B C D E	13 - A B C D E	25 - A B C D E	37 - A B C D E	49 - A B C D E
02 - A B C D E	14 - A B C D E	26 - A B C D E	38 - A B C D E	50 - A B C D E
03 - A B C D E	15 - A B C D E	27 - A B C D E	39 - A B C D E	51 - A B C D E
04 - A B C D E	16 - A B C D E	28 - A B C D E	40 - A B C D E	52 - A B C D E
05 - A B C D E	17 - A B C D E	29 - A B C D E	41 - A B C D E	53 - A B C D E
06 - A B C D E	18 - A B C D E	30 - A B C D E	42 - A B C D E	54 - A B C D E
07 - A B C D E	19 - A B C D E	31 - A B C D E	43 - A B C D E	55 - A B C D E
08 - A B C D E	20 - A B C D E	32 - A B C D E	44 - A B C D E	56 - A B C D E
09 - A B C D E	21 - A B C D E	33 - A B C D E	45 - A B C D E	57 - A B C D E
10 - A B C D E	22 - A B C D E	34 - A B C D E	46 - A B C D E	58 - A B C D E
11 - A B C D E	23 - A B C D E	35 - A B C D E	47 - A B C D E	59 - A B C D E
12 - A B C D E	24 - A B C D E	36 - A B C D E	48 - A B C D E	60 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/gT6t>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO I**

Cães são seres sociáveis. Gostam de viver em bando. Adoram a companhia humana. Disso, pouca gente discorda. Mas o que ninguém sabe ao certo é por que eles são assim.

Vem da Suécia a mais recente pista dessa história. Pesquisadores da Universidade de Linköping submeteram a um teste 400 beagles nascidos e criados em um canil, todos com o mesmo nível de contato com seres humanos. Eles tinham que destampar três tigelas para chegar a um petisco. As duas primeiras tampas saíam facilmente. A terceira era fixa.

As reações dos cães foram registradas. Alguns procuravam ajuda entre as pessoas da sala. Outros, não. Em seguida, cada animal teve o genoma sequenciado, em busca de variações genéticas que pudessem estar relacionadas ao comportamento que demonstraram.

Resultado: um grupo de cinco genes apresentava diferenças relevantes entre os cães que buscaram ou não ajuda. São os mesmos relacionados com alterações de sociabilidade em humanos, como o transtorno de atenção.

O próximo passo dos pesquisadores é ver como são esses genes nos lobos. A hipótese é que se trata de uma mutação genética recente, que acabou prevalecendo na seleção natural. Em resumo: os cães estão geneticamente programados para ficarem perto da gente.

(Adaptado de: CORRÊA, Sílvia. "Amizade genética", revista São Paulo, Folha de S.Paulo, 9 a 15 de outubro de 2016, p.14)

1. De acordo com o texto, os pesquisadores da Suécia confirmaram que

a) os cães, assim como os humanos, podem apresentar transtornos de atenção.

- b) variações genéticas são a raiz das diferenças comportamentais de cães em relação aos humanos.
- c) a maior ou menor proximidade dos cães em relação aos seres humanos deve-se ao fato de esses animais terem descendido dos lobos.
- d) os cães somente procuram a ajuda de seres humanos quando estão diante de um obstáculo que não podem ultrapassar.
- e) a sociabilidade dos cães está relacionada sobretudo a fatores humanos, que foram os responsáveis pela domesticação daquela espécie.

O próximo passo dos pesquisadores é ver como são esses genes nos lobos.

2. Uma nova redação correta e coerente do período acima se estabelece em:

- a) O objetivo da pesquisa é analisarem a estrutura presente nos genes dos lobos.
- b) O próximo desafio para os cientistas, será investigar a composição genética dos lobos.
- c) A etapa seguinte da pesquisa consiste por examinar esses genes nos lobos.
- d) Na próxima fase, os cientistas pretendem investigar à manifestação desses genes nos lobos.
- e) Os pesquisadores agora querem entender como esses genes se manifestam nos lobos.

Vem da Suécia a mais recente pista dessa história.

3. No período acima, do primeiro parágrafo,

- a) o termo **mais** intensifica a ação representada pelo verbo **Vem**.
- b) o verbo **Vem** é transitivo direto e indireto.
- c) o termo **pista** tem a função de sujeito.
- d) o termo **Suécia** tem a função de sujeito.
- e) há uma oração sem sujeito.

Vem da Suécia a mais recente pista dessa história.

Pesquisadores da Universidade de Linköping submeteram a um teste 400 beagles nascidos e criados em um canil, todos com o mesmo nível de contato com seres humanos. Eles tinham que destampar três tigelas para chegar a um petisco.

4. O termo sublinhado no trecho acima refere-se a

- a) Pesquisadores
- b) Universidade de Linköping
- c) 400 beagles
- d) contato
- e) seres humanos

5. O termo “que” está empregado como conjunção em:

- a) Mas o que ninguém sabe ao certo
- b) variações genéticas que pudessem estar relacionadas
- c) entre os cães que buscaram ou não ajuda
- d) A hipótese é que se trata de uma mutação genética
- e) mutação genética recente, que acabou prevalecendo na seleção natural.

6. Em “Outros, não.”, no 3º parágrafo, as vírgulas foram utilizadas para

- a) marcar a omissão de um vocábulo.
- b) separar oração coordenada assindética.
- c) separar adjunto adverbial antecipado.
- d) isolar aposto.
- e) isolar vocativo.

7. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) As restrições à liberdade são providências de segurança pelas quais ninguém deseja se submeter.

b) A segurança absoluta é uma sensação na qual estamos cada vez mais privados.

c) Uma das metas em cujos administradores vêm se empenhando é atingir índices mais altos de segurança.

d) São muitas as acepções a que está associado o termo segurança.

e) As medidas de que todos costumamos reagir são as que limitam nossa liberdade.

8. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) A maioria das pessoas concordam com a hipótese do autor.
- b) No final do século 18, houveram mudanças profundas na tecnologia.
- c) A maré das inovações democráticas na Europa chegaram com algum atraso ao Brasil
- d) Nenhum dos integrantes das comissões negaram esclarecimentos.
- e) Chega a alcançar uma altura de 15 metros algumas pinturas.

Os pesquisadores mediram a atividade do cérebro dos cães.

9. Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- a) é medida
- b) foi medida
- c) foram medidos
- d) são medidos
- e) era medida

10. O sinal indicativo de crase foi usado **incorrectamente** em

- a) Perfuraram-se vários lugares, à procura de alguma jazida de pedras preciosas.
- b) Levantou-se às sete horas para participar do evento.
- c) A manifestação fazia referência àquele momento histórico.
- d) Dedicava-se às tarefas rotineiras com dedicação.
- e) Tudo ali se assemelha à uma grande liberdade artística.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

A tabela identifica a distribuição do número de colaboradores de uma instituição pelos respectivos salários que recebem:

DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES PELOS SEUS RESPECTIVOS SALÁRIOS

SALÁRIO RECEBIDO	NÚMERO DE COLABORADORES
R\$ 3.600,00	20
R\$ 4.200,00	15
R\$ 5.000,00	10
R\$ 6.000,00	5

11. Dentre os colaboradores que recebem mais de R\$ 4.000,00, qual o percentual dos que recebem menos de R\$ 5.000,00.

- a) 70%
- b) 50%
- c) 90%
- d) 30%
- e) 40%

12. Sabendo-se que no próximo mês está previsto um aumento de 20% em todos os salários pagos, e que não haverá admissão de novos colaboradores, tampouco, demissão, assinale a alternativa que contém a soma da média aritmética simples, da mediana e da moda dos salários que essa instituição pagará aos seus colaboradores, após o aumento previsto:

- a) R\$ 14.520,00
- b) R\$ 14.400,00
- c) R\$ 14.360,00
- d) R\$ 14.240,00
- e) R\$ 14.000,00

13. Considere como verdadeiras as afirmativas:

- Se Jorge é francês, então Denise é espanhola.
- Denise não é espanhola ou Beatriz é brasileira.

Sabe-se que Beatriz não é brasileira.

Logo, é correto afirmar que:

- a) Denise é espanhola e Jorge é francês;
- b) Denise é espanhola ou Jorge é francês;
- c) se Beatriz não é brasileira, então Denise é espanhola;
- d) se Denise não é espanhola, então Jorge é francês;
- e) se Jorge não é francês, então Denise não é espanhola.

14. Em um certo TRT, trabalham 17 juízes, divididos em três níveis, de acordo com sua experiência: dois são do nível I, cinco do nível II e os demais do nível III. Trabalhando individualmente, os juízes dos níveis I, II e III conseguem analisar integralmente um processo em 1 hora, 2 horas e 4 horas, respectivamente. Se os 17 juízes desse tribunal trabalharem individualmente por 8 horas, então o total de processos que será analisado integralmente pelo grupo é igual a

- a) 28
- b) 34
- c) 51
- d) 56
- e) 68

15. Em um belo dia de agosto, Carlos Henrique saiu de casa com apenas algum dinheiro físico e foi dar um passeio em Copacabana. Carlos Henrique gastou $\frac{1}{4}$ do que possuía e mais R\$ 60,00 no café da manhã; posteriormente, no almoço, $\frac{1}{3}$ do que restava e ainda ficou com R\$ 80,00. Com que valor, Carlos Henrique saiu de casa?

- a) R\$ 150,00
- b) R\$ 175,00
- c) R\$ 200,00
- d) R\$ 240,00
- e) R\$ 300,00

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

16. A Resolução CNJ nº 550/2024 alterou a Resolução CNJ nº 400/2021, que estabelece a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável (PLS). Sobre a Resolução CNJ nº 550/2024, julgue a assertiva correta.

- a) O CNJ deve elaborar um Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável de cada órgão do Poder Judiciário até o dia 28 de fevereiro de cada ano, relativamente ao ano anterior.
- b) Para cada tema presente no Plano de Logística Sustentável, deve ser criado um plano de ações do PLS.
- c) Os órgãos do Poder Judiciário devem monitorar os resultados dos indicadores de desempenho do PLS e de suas respectivas metas, bem como das ações previstas no plano de ações na periodicidade que for conveniente.
- d) Os resultados apurados relativos aos indicadores de desempenho do PLS e às ações do plano de ações devem ser avaliados pela Comissão Gestora do PLS, pelo menos uma vez a cada quatro anos.
- e) Uma das competências da Unidade de Sustentabilidade é avaliar e aprovar os relatórios de desempenho do PLS, elaborados pela Comissão Gestora.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES*Tiago Zanolla*

17. Sobre a composição e funcionamento do Subcomitê de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, conforme previsto na Resolução Administrativa nº 11/2022, assinale a alternativa correta:

- a) O Subcomitê de Ética será composto por três membros titulares, todos escolhidos exclusivamente pelo(a) Ouvidor(a) do Tribunal.
- b) O mandato dos membros do Subcomitê de Ética será de três anos, sendo vedada a recondução.
- c) Os integrantes do Subcomitê de Ética exercerão suas funções de forma exclusiva, afastando-se das atribuições de seus respectivos cargos.
- d) A designação dos membros do Subcomitê de Ética será feita por Ato da Presidência do Tribunal, sendo obrigatória a escolha de servidores efetivos e estáveis que nunca sofreram punição administrativa ou penal.
- e) Os membros do Subcomitê de Ética recebem uma gratificação mensal pelo desempenho de suas funções.

18. Joana, servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, está enfrentando dificuldades para exercer suas funções devido ao ambiente de trabalho insalubre e com infraestrutura precária. Além disso, percebe que seus superiores fazem avaliações de desempenho sem critérios objetivos e que as informações de saúde de alguns servidores estão sendo divulgadas publicamente. Diante desse cenário, com base no Código de Ética da instituição, é correto afirmar que:

- a) Joana não tem direito a questionar as condições do ambiente de trabalho, pois a organização do espaço físico é de competência exclusiva da administração.
- b) A administração pode divulgar informações médicas dos servidores se houver interesse público, desde que não exponha detalhes constrangedores.

- c) A servidora tem direito a um ambiente adequado que preserve sua integridade física, moral, mental e psicológica, bem como a avaliações de desempenho equitativas e ao sigilo de informações pessoais.
- d) O Código de Ética prevê que avaliações de desempenho podem ter caráter subjetivo, desde que sejam compatíveis com a cultura institucional.
- e) Somente os magistrados têm direito a um ambiente de trabalho adequado e protegido contra exposição de dados pessoais, não se aplicando essa garantia aos servidores.

REGIMENTO INTERNO*Tiago Zanolla*

19. No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho a revisão de teses jurídicas fixadas em **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)** segue procedimento específico estabelecido no Regimento Interno do Tribunal. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) A revisão das teses jurídicas fixadas em IRDR poderá ser promovida diretamente pelo relator do processo, sem necessidade de parecer prévio da Comissão de Jurisprudência e Gestão de Precedentes.
- b) A proposta de revisão das teses jurídicas fixadas em IRDR será submetida ao Tribunal Pleno, exigindo-se para sua aprovação o quórum de maioria absoluta de seus membros, com parecer prévio da Comissão de Jurisprudência e Gestão de Precedentes
- c) O julgamento do mérito da revisão do IRDR poderá ser realizado por qualquer órgão fracionário do TRT, desde que haja justificativa fundamentada.
- d) Durante a tramitação da revisão do IRDR, a suspensão dos processos que versem sobre a tese jurídica revisada não poderá ser determinada, salvo se houver decisão expressa do Tribunal Superior do Trabalho.
- e) A decisão sobre a admissibilidade do pedido de revisão da tese jurídica fixada em IRDR poderá ser objeto de recurso ordinário, a ser julgado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

20. No âmbito do Tribunal Regional, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) segue regramento específico, em conformidade com os artigos 976 a 987 do CPC, com adaptações ao processo do trabalho. Considerando as disposições do Regimento Interno sobre a instauração do IRDR, assinale a alternativa correta:

- a) O IRDR pode ser instaurado pelo Presidente do Tribunal, mediante requerimento formulado exclusivamente pelos órgãos colegiados do TRT, ao

constatarem multiplicidade de processos com a mesma matéria.

- b) O IRDR pode ser suscitado por juízes ou relatores de processos em sua competência, mediante ofício encaminhado por malote digital, desde que instruído com as peças necessárias ao seu processamento e julgamento.
- c) Apenas as partes do processo de origem podem requerer a instauração do IRDR, não sendo admitida sua propositura pelo Ministério Público do Trabalho.
- d) Caso um órgão colegiado do TRT constate a multiplicidade de processos e a divergência jurisprudencial sobre determinada matéria, poderá suscitar o IRDR diretamente ao Tribunal Superior do Trabalho.
- e) Se um órgão fracionário decidir não processar o IRDR, caberá recurso ao Tribunal Pleno para reavaliação da instauração do incidente, garantindo a uniformização da jurisprudência no âmbito do TRT.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS**Géssica Ehle**

21. A Declaração Universal dos Direitos Humanos dispõe que é essencial a proteção dos direitos do Homem através de um regime de direito, para que o Homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão. Nesse sentido, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos

- a) assegura expressamente que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em deveres
- b) é instrumento que declara direitos humanos àqueles que são nacionais dos Estados-membros da ONU
- c) foi proclamada em Assembleia Geral tendo servido como ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações por meio de medidas a serem aplicadas de imediato por cada Estado, tão logo promova sua assinatura
- d) é instrumento tratado como marco jurídico da terceira geração dos direitos humanos, considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão
- e) Considera ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações, fornecendo, para tanto, planejamento para que se construa linha de represália frente aos eventuais arranjos de novos conflitos bélicos

22. Determinado Estado Americano prevê a pena de trabalhos forçados a ser aplicada conjuntamente à pena privativa de liberdade, diante de delito grave, aplicou tais penas a João. Nos termos da Convenção Americana de Direitos Humanos, é correto afirmar que

- a) João poderá ser constrangido ao cumprimento de trabalhos forçados, mesmo que por ato arbitrário emanado de autoridade

- b) que a pena de trabalhos forçados restou abolida a partir do Pacto de San José da Costa Rica, de modo que o recluso tem direito à impetração de um *habeas corpus*.
- c) que João deverá seguir as ordens das autoridades responsáveis pela execução de sua pena, que poderão impor, dentre outros, o serviço militar como modalidade de trabalhos forçados.
- d) que João poderá desempenhar trabalhos forçados em situação de perigo ou calamidade que ameace a existência ou o bem-estar da comunidade
- e) que em caso de haver a aplicação da pena de trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais não constituem trabalhos forçados.

23. O Brasil ratificou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos no ano de 1992 e reconheceu a competência jurisdicional contenciosa da Corte IDH para fatos posteriores a 10 de dezembro de 1998, contar desse marco, a responsabilidade internacional do Estado Brasileiro por violações de direitos protegidos pela Convenção Interamericana foi apreciada pela Corte Interamericana em sentenças referentes a doze casos contenciosos. Dentre eles, exceto:

- a) Gomes Lund e outros
- b) Caso Povo Indígena Xucuru
- c) Caso Herzog e outros
- d) Caso Pérez Lucas e outros
- e) Caso Honorato e outros

24. Com base no texto do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e protocolos facultativos, julgue os itens a seguir.

I. O presente Pacto prevê os Estados Partes devem se comprometer a assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos civis e políticos enunciados no instrumento.

II. Tal como prevê a DUDH, o PIDCP também afirma que ninguém poderá ser preso ou encarcerado arbitrariamente.

III. o PIDCP prescreve que ninguém poderá executar trabalhos forçados em decorrência do cumprimento de uma pena.

Está incorreto o que se afirma em:

- a) apenas a I
- b) B. apenas a II
- c) apenas a III
- d) nenhuma das assertivas
- e) todas as assertivas

25. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência assegura o direito ao trabalho em igualdade de condições para as pessoas com deficiência. Diante do que promove a norma, é incorreto afirmar que a pessoa com deficiência terá direito

- a) à colocação competitiva
- b) à prioridade no atendimento, quanto maior for sua dificuldade de inserção no campo de trabalho
- c) a boletos em formato acessível, dispensado seu requerimento formal
- d) a trabalho com apoio, que correrá às expensas do órgão ou entidade
- e) a programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, inclusive mediante a disponibilização de linhas de crédito, quando necessárias

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

26. O Windows 10 oferece um novo recurso de segurança que permite encriptar o disco rígido do computador, protegendo os documentos e arquivos contra o acesso não autorizado. O intuito é agregar mais níveis de segurança para o usuário que é algo extremamente almejado nos dias de hoje. Esse recurso é:

- a) Bit Locker
- b) Criptonews.
- c) Windows Defender.
- d) Cortana
- e) Diana

27. No Windows temos uma ferramenta que trabalha com OneDrive para liberar espaço automaticamente, disponibilizando arquivos que você não está mais usando somente online novamente. Esse é o:

- a) Sensor de Armazenamento
- b) Controle de Armazenamento
- c) Windows Update
- d) Windows Defacer
- e) Ferramenta de Backup

28. Com o Google Meet não é possível:

- a) Realizar reuniões on-line
- b) Bloquear o microfone de participantes
- c) Utilizar o recurso de chat
- d) Editar textos em um editor próprio e integrado direta e exclusivamente à ferramenta
- e) bloquear a câmera durante uma transmissão .

29. Das letras abaixo, marque aquela que exibe protocolo que podem ser utilizados para a troca de arquivos entre computadores:

- a) SMTP.
- b) HTTP.
- c) IMAP.
- d) FTP.
- e) IRC

30. O ataque também conhecido como “envenenamento de cache DNS” é o:

- a) Ransomware
- b) Adware.
- c) Phishing
- d) spyware.
- e) Pharming.

e) I e III, apenas.

32. Durante uma operação de segurança de dignitários, a equipe de agentes detecta uma ameaça potencial no trajeto planejado. De acordo com a doutrina sobre formações de segurança, a configuração mais adequada para proteger uma autoridade em deslocamento a pé em área com elevado risco de emboscada lateral é:

- a) Formação em cunha, com agentes distribuídos nos flancos do dignitário.
- b) Formação em diamante, com agentes nas posições dianteira, traseira e laterais do dignitário.
- c) Formação em losango, com concentração adicional de agentes no lado exposto à ameaça.
- d) Formação em círculo concêntrico, garantindo cobertura em 360 graus em torno do dignitário.
- e) Formação em coluna, com agentes à frente e atrás do dignitário em linha reta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS

Alexandre Herculano

31. Sobre deslocamento de dignitários, considere:

- I. Os deslocamentos (a pé ou transportado) são as situações mais vulneráveis às quais uma autoridade pode se submeter.
- II. Um dos objetivos da segurança é se antecipar às ações de risco.
- III. O reconhecimento do itinerário deve ser realizado assim que for definido todo o esquema de segurança.

Está correto o que consta em

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II, apenas.
- d) III, apenas.

33. No contexto da análise de riscos para proteção de dignitários, considere a seguinte situação: um agente de segurança recebe a missão de garantir a proteção de um Ministro de Estado durante visita a uma região com histórico recente de manifestações violentas. Sobre a metodologia adequada para análise de riscos neste cenário, é CORRETO afirmar que:

- a) A análise de riscos deve priorizar exclusivamente o estudo das estatísticas de incidentes anteriores na região, sendo dispensável a avaliação das condições presentes.
- b) O método MOSAIC (Management of Suspicious Activity and Intelligence Collection) é inadequado para este tipo de operação por não abordar ameaças de manifestações populares.
- c) A análise de risco deve classificar todas as manifestações como ameaças de alto risco, independentemente da natureza específica dos grupos envolvidos ou suas motivações.
- d) A metodologia CARVER (Criticidade, Acessibilidade, Recuperabilidade, Vulnerabilidade, Efeito e Reconhecimento) é inaplicável em cenários de segurança pública, restringindo-se a instalações militares.
- e) Um processo adequado de análise de riscos deve incluir a identificação das ameaças, avaliação de vulnerabilidades, determinação da probabilidade de ocorrência e impacto potencial, culminando em medidas proporcionais de mitigação.

34. No planejamento operacional para segurança de dignitários, as contramedidas eletrônicas têm papel fundamental. Considere um cenário onde uma autoridade estrangeira visitará instalações governamentais no Brasil, com necessidade de comunicações seguras durante todo o percurso. Sobre as medidas técnicas de proteção das comunicações neste contexto, é CORRETO afirmar que:

- a) A utilização de rádios digitais encriptados dispensa completamente a necessidade de estabelecimento de códigos operacionais verbais entre os agentes, uma vez que a tecnologia garante 100% de inviolabilidade.
- b) O emprego de jammers (bloqueadores de sinal) deve ser contínuo e indiscriminado durante todo o deslocamento da comitiva, garantindo que nenhuma comunicação não autorizada ocorra no perímetro.
- c) A verificação prévia de equipamentos e ambientes para detecção de dispositivos de escuta (varredura anti-bug) é procedimento ultrapassado quando se utiliza exclusivamente comunicação via satélite militar.
- d) Um protocolo adequado inclui a criação de células de comunicação redundantes, utilização de criptografia ponta-a-ponta, alternância de frequências, verificação de ambientes e estabelecimento de códigos operacionais complementares.
- e) A designação de um único centro de comunicações, preferencialmente na sede da agência de inteligência local, centraliza e simplifica o fluxo de informações, eliminando riscos de interceptação durante os deslocamentos.

35. Segundo a doutrina de proteção de dignitários, a sequência de ações mais adequada nesta situação é:

- a) O agente deve imediatamente sacar sua arma de fogo, apontá-la para o suspeito e, caso ele não se detenha instantaneamente, efetuar disparo preventivo para neutralizar a ameaça potencial à autoridade.
- b) O agente deve permanecer em sua posição original no dispositivo de segurança, limitando-se a alertar verbalmente seus colegas sobre a presença do suspeito, preservando assim a discrição da operação e evitando alarme desnecessário.
- c) O agente deve interpor-se entre o suspeito e o dignitário, deslocando-se simultaneamente para posição que permita intervenção física se necessário, enquanto coordena verbalmente com a equipe a retirada da autoridade e sinaliza para a imobilização do indivíduo.
- d) O agente deve discretamente direcionar o dignitário para rota de fuga pré-determinada, deixando que a equipe de segurança ostensiva e público presente lidem com o suspeito, evitando assim envolvimento direto no incidente.
- e) O agente deve priorizar exclusivamente o registro fotográfico do suspeito para posterior identificação, mantendo-se distante para evitar confrontação direta, enquanto solicita reforço policial externo para realizar a abordagem.

internas podem ser completamente eliminadas com treinamentos adequados.

II. O gerenciamento de crises eficaz depende da capacidade de realizar, previamente, uma análise de vulnerabilidades que contemple tanto aspectos físicos quanto procedimentais da organização.

III. Um plano de contingência deve ser estático para garantir que os procedimentos permaneçam consistentes ao longo do tempo, independentemente das mudanças na organização.

IV. A identificação de cenários críticos deve considerar a probabilidade de ocorrência e o impacto potencial, priorizando aqueles com alta probabilidade e alto impacto.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) I e III.
- d) III e IV.
- e) I, II e III.

NOÇÕES DE PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA

Alexandre Herculano

36. No contexto do Planejamento de Contingências, a análise de riscos é um componente fundamental. Sobre este tema, considere as afirmações:

- I. A análise de riscos deve focar exclusivamente nas ameaças externas, uma vez que as vulnerabilidades

37. O Planejamento de Segurança Corporativa, enquanto processo sistemático, deve seguir uma metodologia específica para garantir sua eficácia. Sobre a metodologia e fases do planejamento de segurança, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A fase diagnóstica compreende a identificação de ameaças, vulnerabilidades e riscos, utilizando-se de métodos quantitativos e qualitativos para sua avaliação.
- b) A modularidade no planejamento de segurança permite que diferentes áreas da organização desenvolvam seus planos de forma independente, sem necessidade de integração entre eles.
- c) O princípio da proporcionalidade no planejamento de segurança estabelece que as medidas de proteção devem ser compatíveis com os riscos identificados, evitando tanto o sub quanto o superdimensionamento.
- d) O faseamento do planejamento de segurança inclui a fase diagnóstica, a fase de elaboração de soluções, a fase de implementação e a fase de avaliação e aperfeiçoamento.
- e) A fase de avaliação e aperfeiçoamento caracteriza-se como um processo contínuo que retroalimenta o ciclo de planejamento, permitindo ajustes baseados em lições aprendidas.

38. No contexto do gerenciamento de crises e manejo de emergências, analise as afirmações abaixo:

- I. O gerenciamento de crises eficaz prescinde da formação de um comitê de crise, desde que exista um gestor de segurança com autoridade para tomar decisões imediatas e autônomas.
- II. Os procedimentos emergenciais devem ser detalhados e extensos para contemplar todas as possibilidades de cenários, garantindo que os colaboradores tenham instruções minuciosas em qualquer situação.
- III. A comunicação durante uma crise deve seguir um fluxo verticalizado e hierárquico rígido para evitar a disseminação de informações contraditórias.
- IV. Os simulados de emergência constituem ferramentas essenciais para testar a eficácia do plano de contingência, identificar falhas e aprimorar a capacidade de resposta da equipe.

V. A análise pós-crise ou "after action review" é um componente fundamental do manejo de emergências que permite identificar oportunidades de melhoria e atualizar o plano de contingência.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I, III e V.
- d) IV e V.
- e) II, IV e V.

39. A segurança corporativa estratégica engloba a proteção de áreas e instalações através de diversos mecanismos e tecnologias. Sobre a identificação, emprego e utilização de equipamentos eletrônicos de segurança, é correto afirmar que:

- a) Os sistemas de CFTV analógicos apresentam superioridade incontestável em relação aos sistemas IP (Internet Protocol) no que tange à qualidade de imagem e flexibilidade de instalação, sendo a escolha preferencial para instalações críticas.
- b) Sensores de presença baseados em tecnologia PIR (Infravermelho Passivo) são imunes a falsos alarmes causados por variações térmicas ambientais, dispensando ajustes de sensibilidade em ambientes sujeitos a oscilações de temperatura.
- c) A autenticação multifator em sistemas biométricos consiste na utilização de dois ou mais métodos de validação da identidade, aumentando significativamente o nível de segurança quando comparado à utilização de um único fator biométrico.
- d) O monitoramento remoto de sistemas eletrônicos de segurança elimina completamente a necessidade de vigilância humana nas instalações protegidas, garantindo assim redução integral nos custos operacionais.
- e) A integração entre diferentes sistemas eletrônicos de segurança (alarme, CFTV, controle de acesso) compromete a eficiência individual de cada sistema, devendo ser evitada em prol da especialização e autonomia de cada solução.

40. Sobre os níveis e princípios do Planejamento de Segurança, considere as seguintes afirmações:

- I. O planejamento de segurança em nível estratégico abrange decisões de longo prazo, estabelecendo diretrizes gerais que orientarão os níveis tático e operacional, sendo elaborado pela alta direção da organização.
- II. A interdisciplinaridade, como princípio do planejamento de segurança, pressupõe a participação exclusiva de profissionais especializados em segurança, excluindo outras áreas da organização para garantir o sigilo das informações críticas.
- III. O planejamento tático traduz os objetivos estratégicos em metas específicas para áreas ou unidades da organização, estabelecendo programas e projetos de médio prazo.
- IV. O princípio da economia de meios estabelece que os recursos de segurança devem ser alocados prioritariamente nas áreas de maior visibilidade para os stakeholders, independente do nível real de risco.

V. O planejamento em nível operacional converte as diretrizes táticas em ações concretas e detalhadas, estabelecendo procedimentos, normas e processos de trabalho a serem executados no cotidiano.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I, II e IV.
- b) I, III e V.
- c) II, III e V.
- d) I, II e V.
- e) II, IV e V.

I. A atividade de Inteligência deve ser desenvolvida com irrestrita observância aos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições democráticas e aos princípios que regem as relações internacionais.

II. A PNI tem como um de seus pressupostos a atuação ofensiva da atividade de Inteligência, priorizando operações veladas para garantir a soberania nacional, mesmo quando isso implique em eventual relativização de garantias constitucionais.

III. O compartilhamento de conhecimentos entre os órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) representa um dos fundamentos para a eficácia do sistema, desde que respeitadas as competências institucionais.

IV. A legislação estabelece que a atividade de Inteligência possui caráter exclusivamente estatal, sendo vedada qualquer terceirização ou participação de organizações privadas no ciclo de produção de conhecimentos.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

NOÇÕES DE SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA

Alexandre Herculano

41. No contexto da Política Nacional de Inteligência (PNI), instituída pelo Decreto nº 8.793/2016, analise as seguintes afirmações:

42. Em relação à Metodologia de Produção de Conhecimentos na atividade de Inteligência, conforme a doutrina vigente no Brasil, analise as seguintes proposições:

- I. A fase de Orientação, no ciclo de produção de conhecimentos, consiste na determinação das necessidades de conhecimento do usuário final, definindo o escopo e direcionamento da atividade de Inteligência.
- II. Na Metodologia de Produção de Conhecimentos, a análise das informações ocorre após as fases de coleta e processamento, sendo responsável pela verificação crítica dos dados obtidos quanto à credibilidade, relevância e pertinência.
- III. O princípio da oportunidade na produção de conhecimentos de Inteligência estabelece que o conhecimento deve estar disponível a tempo de permitir a tomada de decisão, mesmo que isso implique em sacrificar parcialmente sua precisão ou abrangência.
- IV. A contrainteligência tem papel meramente defensivo no ciclo de produção de conhecimentos, não participando ativamente das fases de orientação e análise.

São corretas APENAS:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) II, III e IV.

43. A respeito da terminologia técnica e conceitos básicos utilizados na Linguagem de Inteligência, analise:

- I. "Conhecimento" e "informação" são termos intercambiáveis na linguagem de Inteligência, podendo ser utilizados como sinônimos em documentos oficiais do Sistema Brasileiro de Inteligência.
- II. "Dados negados" referem-se às informações intencionalmente ocultadas ou protegidas por

adversários, às quais os serviços de Inteligência buscam acesso por meios especializados.

III. Na taxonomia da Inteligência brasileira, "reconhecimento" é o conhecimento obtido por meio da integração de informações de diferentes fontes, que permite estabelecer padrões, tendências e correlações previamente não evidentes.

IV. O conceito de "desinformação" refere-se especificamente à divulgação deliberada de informações falsas ou enganosas com o propósito de induzir erro nas avaliações ou percepções de um alvo determinado.

V. "Compartimentação" é o princípio segundo o qual o acesso a conhecimentos sensíveis é limitado apenas àqueles que têm necessidade funcional de conhecê-los, independentemente do nível de credenciamento de segurança.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) II, IV e V.
- d) I, III e V.
- e) III, IV e V.

44. Em relação à legislação básica que rege as atividades de Inteligência no Brasil, considere as assertivas:

- I. De acordo com a Lei nº 9.883/1999, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), sendo subordinada diretamente ao Presidente da República e responsável por planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do país.
- II. A Política Nacional de Inteligência (PNI) define como uma de suas diretrizes a integração permanente entre órgãos de Inteligência governamentais, permitindo inclusive o acesso recíproco e irrestrito a bancos de dados entre agências que integram o SISBIN, visando maior eficiência no combate a ameaças.
- III. Conforme a legislação vigente, o controle externo da atividade de Inteligência é exercido pelo Poder Legislativo através da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), que tem competência para fiscalizar atividades e projetos relacionados à Inteligência e Contrainteligência.
- IV. A Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) estabelece que informações imprescindíveis à segurança do Estado podem ser classificadas como ultrassecretas por um prazo máximo de 50 anos, sem possibilidade de prorrogação.

V. A legislação brasileira permite expressamente a realização de operações de Inteligência com interceptação de comunicações telefônicas pela ABIN, desde que com autorização judicial prévia, nos moldes do que ocorre nas investigações criminais.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II, III e IV.
- d) III e IV.
- e) I, III e IV.

45. Sobre as fontes de coleta na atividade de Inteligência e sua classificação conforme a doutrina vigente no Brasil, analise:

- I. A Inteligência de Sinais (SIGINT) compreende a coleta e análise de emissões eletromagnéticas, abrangendo tanto a Inteligência de Comunicações (COMINT) quanto a Inteligência Eletrônica (ELINT), sendo uma fonte técnica amplamente utilizada na era digital.
- II. O conceito de HUMINT (Inteligência Humana) refere-se exclusivamente à obtenção de informações por meio de agentes infiltrados em organizações adversárias, não incluindo outras formas de obtenção de dados por fontes humanas.
- III. A OSINT (Inteligência de Fontes Abertas) caracteriza-se pela coleta e análise de informações disponíveis publicamente, tendo ganhado relevância estratégica com a expansão das redes sociais e plataformas digitais, podendo ser utilizada sem restrições legais por não depender de meios sigilosos.
- IV. A IMINT (Inteligência de Imagens) engloba a coleta e interpretação de dados visuais obtidos por sensores óticos, infravermelhos, radares e outros, sendo classificada como uma fonte técnica que requer conhecimentos especializados para sua interpretação.
- V. As fontes classificam-se em primárias, quando o próprio profissional de Inteligência tem acesso direto aos dados, e secundárias, quando os dados são obtidos por intermédio de terceiros, independentemente da natureza do meio de coleta utilizado.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I, III e IV.
- b) II, IV e V.
- c) I, II e III.
- d) I e IV.
- e) III, IV e V.

NOÇÕES DE GERENCIAMENTO DE CRISES + DEFESA PESSOAL*Alexandre Herculano*

46. No contexto de gerenciamento de crises, qual das seguintes opções é considerada uma técnica eficaz de negociação em situações de alta tensão?

- a) Imposição de autoridade
- b) Estabelecimento de rapport
- c) Uso de força física
- d) Ignorar as demandas do oponente
- e) Ameaça de consequências legais

47. Em relação à classificação dos graus de risco em situações de crise, qual das seguintes fases é considerada a mais crítica para a definição de um plano de resposta?

- a) Pré-confronto ou preparo
- b) Resposta imediata
- c) Avaliação pós-conflito
- d) Negociação contínua
- e) Monitoramento e revisão

48. Qual dos seguintes elementos operacionais é considerado essencial para a organização de um posto de comando eficaz durante uma crise?

- a) Comunicação ineficiente
- b) Centralização das decisões em uma única pessoa
- c) Designação clara de funções e responsabilidades
- d) Ausência de plano de contingência
- e) Falta de equipamentos de comunicação

49. No contexto de perímetros táticos, qual das seguintes afirmações é verdadeira?

- a) O perímetro deve ser sempre fixo e imutável.
- b) A segurança do perímetro deve ser avaliada apenas após o término da crise.
- c) A mobilidade do perímetro pode ser necessária em resposta a mudanças na situação.

d) A comunicação sobre o perímetro não é relevante para a equipe de segurança.

e) O perímetro deve ser estabelecido sem considerar a área circundante.

50. Em situações de defesa pessoal, qual das seguintes táticas é considerada a mais apropriada para evitar a escalada de um conflito físico?

- a) Provocação verbal
- b) Retirada estratégica
- c) Uso de força excessiva
- d) Ignorar a situação
- e) Desafiar o agressor

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO*Hugo Garotinho*

51. A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de dois meses a cinco anos. Além disso, após transitada em julgado a sentença condenatória, o réu será intimado a entregar à autoridade judiciária sua Permissão para Dirigir ou a Carteira de Habilitação dentro do prazo de:

- a) 12h
- b) 24h
- c) 32h
- d) 48h
- e) 72h

52. Durante um gesto de camaradagem, Manoel, 32 anos, emprestou seu automóvel a Pedro, 28 anos, sem saber que este não possuía habilitação para conduzir veículos automotores, para que ele fosse ao casamento de seu irmão na cidade Resende-RJ.

Mesmo sem habilitação, Pedro sempre trafegava em veículos automotores, pela rua do bairro em que morava, e nunca causou sinistros de trânsito, fato este que influenciou ainda mais Manoel quanto ao empréstimo de seu carro ao conhecido.

Com base no artigo 310 do CTB, assinale a alternativa correta.

- a) Manoel cometeu crime de trânsito por confiar a direção de veículo automotor a Pedro
- b) Manoel, pelo fato desconhecer que Pedro não era habilitado, não cometeu crime de trânsito ao entregar o veículo ao colega.
- c) Manoel cometeu infração de trânsito
- d) Manoel, pelo fato desconhecer que Pedro não era habilitado, cometeu infração e crime de trânsito simultaneamente.
- e) Devido ao episódio mencionado, Manoel poderá ter sua habilitação suspensa por até 12 meses.

53. Segundo o CTB, dirigir veículo com Carteira Nacional de Habilitação vencida há mais de 30 (trinta) dias é considerado:

- a) Infração Leve
- b) Infração Média
- c) Infração Grave
- d) Infração Gravíssima
- e) Crime de Trânsito

das operações. Segundo a NR 23 – Proteção contra incêndios, toda organização deve adotar medidas de prevenção contra incêndios em conformidade com

- a) a legislação municipal e, quando aplicável, de forma complementar, com as normas técnicas oficiais.
- b) a legislação estadual e, quando aplicável, de forma complementar, com as normas técnicas oficiais.
- c) a legislação federal e, quando aplicável, de forma complementar, com as normas técnicas oficiais
- d) as legislações municipal, estadual e, quando aplicável de forma complementar, com as normas técnicas oficiais.
- e) as legislações estadual, federal e, quando aplicável de forma complementar, com as normas técnicas oficiais.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

Antônio Daud

55. No que se refere ao tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, pode-se afirmar que:

- a) deverá ser realizado com o consentimento dado pelo próprio jovem, por ambos os pais ou responsáveis legais.
- b) poderão ser coletados dados de crianças sem consentimento quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, devendo ser imediatamente utilizados ou armazenados para uso futuro.
- c) poderão ser coletados dados de crianças sem consentimento para sua proteção, podendo ser repassados a terceiro livremente.
- d) a participação de crianças em jogos online fica condicionada ao amplo fornecimento de suas informações pessoais.
- e) o controlador deve realizar todos os esforços razoáveis para verificar que o consentimento foi efetivamente dado pelo responsável pela criança, consideradas as tecnologias disponíveis.

PREVENÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS: NORMA REGULAMENTADORA 23

Mara Camisassa

54 . O combate e a prevenção a incêndios salvam vidas, protegem o patrimônio e evitam danos ambientais, garantindo segurança e continuidade

LEGISLAÇÃO*Antônio Pequeno*

56. Aquele que possuir, detiver, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, incorrerá nas mesmas penas do delito de:

- a) Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido
- b) Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito
- c) Comércio ilegal de arma de fogo
- d) Posse irregular de arma de fogo de uso permitido
- e) Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido

57. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa correta.

- a) A inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 8 (oito) anos, é um efeito automático da condenação
- b) No caso de condenação em crime de abuso de autoridade haverá automaticamente a perda do cargo, do mandato ou da função pública
- c) As penas restritivas de direitos devem ser aplicadas cumulativamente
- d) Os crimes previstos na Lei nº 13.869/2019 são de ação penal pública incondicionada
- e) A ação privada subsidiária será exercida no prazo de 12 meses, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.

58. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade,

- a) admite-se a modalidade culposa do delito, no caso de demora demasiada no exame de processo, em prejuízo de réu preso.
- b) agentes honoríficos não podem ser sujeitos ativos dos crimes previstos na lei.

c) a pena de perda do cargo, do mandato ou da função pública somente é aplicável em caso de reincidência em crime de abuso de autoridade.

d) caso haja aplicação concomitante de pena de suspensão do exercício do cargo público na esfera penal e na esfera administrativa, prevalecerá a pena de maior extensão.

e) A pena de prestação de serviço à comunidade não é uma pena restritiva de direito

59. Lei as alternativas a seguir e assinale a que está em conformidade com a Lei 7.716/89, que trata dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

- a) Não constitui um ilícito criminal tipificado na Lei 7.716/89 negar ou obstar emprego em empresa privada, mas apenas uma infração administrativa
- b) Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências
- c) Serão punidos, na forma desta Lei, apenas os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia ou religião
- d) Não constitui infração penal de preconceito as condutas de fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo, pois estão abrangidos pelo direito de manifestação previstos na Constituição Federal do Brasil.
- e) A injúria racial é um crime previsto no Código Penal.

60. De acordo com a Lei Nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), marque a alternativa que traga uma informação incorreta sobre a transação penal.

- a) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.
- b) Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.
- c) Não se admitirá a proposta de transação penal se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;
- d) A transação penal pode ser aplicada para qualquer crime independente da pena.
- e) Não cabe transação penal sob o contexto de violência doméstica e familiar contra mulher

Redação

Sabemos que o Poder Judiciário atravessa grave crise devido ao grande volume de processos que lotam todas as Comarcas e os cartórios do País. Com isso, tem-se a falsa ideia de amplo acesso à prestação jurisdicional por toda população nacional. No entanto, como dito, não passa de uma falsa ideia.

Em um diagnóstico detalhado sobre a atual situação do Poder Judiciário no Brasil, elaborado pelo Ministério da Justiça [1], constatou-se que “(...) o governo é o maior cliente do Poder Judiciário _ algo em torno de 80% dos processos e recursos que tramitam nos tribunais superiores tratam de interesses do governo (...).” Podemos acrescentar que outra boa parcela dos litígios pendentes é ocasionada por pequena parcela da sociedade, que detém recursos suficientes para arcar com as despesas processuais. Assim, vê-se que a grande maioria da população fica à margem da prestação jurisdicional.

Além do grande número de processos pendentes, a morosidade do sistema judicial também pode ser atribuída às arcaicas leis processuais vigentes. Quando editado, em 1973, o Código de Processo Civil foi reconhecido mundialmente como uma “obra-prima” da técnica processualista. Seus dispositivos de rigor abstracionista levaram o CPC brasileiro ao topo da legislação processual moderna. Contudo, o culto à técnica perfeita fez com que o texto processual muito se distanciasse da realidade cotidiana, que, por sua dinâmica, exige normas mais práticas que belas.

Outro problema que pode ser apontado como gerador de inúmeros processos é a exigência do pronunciamento do Poder Judiciário para questões corriqueiras que dispensariam tal providência, como exemplo, podemos citar a necessidade de ajuizamento de ação de divórcio direto consensual, de arrolamento sumário de herdeiros maiores etc. Uma solução, visando ao desafogamento das Comarcas, seria de que essas questões fossem apenas registradas no cartório de notas.

Diante de tantos problemas, urgente era a Reforma do Judiciário, que se iniciou com a promulgação da Emenda Constitucional 45/04 e continua com a edição de várias leis que visam à alteração da estrutura infraconstitucional, como as Leis nº 11.187/05 (Nova Lei do Agravo), 11.123/05 (Nova de Lei de Execução), 11.276/06 (Súmula impeditiva de recursos) etc.

A EC 45/04, entre outras novidades para melhor funcionamento da Justiça, trouxe as súmulas vinculantes, determinou a distribuição imediata dos processos, proibiu as férias coletivas nos Tribunais e previu a criação da justiça itinerante.

<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6550/Justica-itinerante>.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>